

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1174791 - PR
(2017/0249629-0)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : AILTON DIAS RAQUEL
AGRAVANTE : ALESSANDRO BARBOZA MACHARETH
AGRAVANTE : ANTELMO JOÃO BERNARTT
AGRAVANTE : APARECIDO LUIZ DE LIMA
AGRAVANTE : ARMANDO RODRIGUES CAMPOS
AGRAVANTE : BRAZ BUENO BOTI
AGRAVANTE : DALCILENE DO NASCIMENTO BATISTA RAMOS
AGRAVANTE : EDENA BICALHO DE ALMEIDA SILVA
AGRAVANTE : ELIZABETE DE FREITAS MORAES
AGRAVANTE : IDA TETI CALEFI
ADVOGADOS : LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123
CARMEN GLORIA ARRIAGADA BERRIOS -
PR020668
SANDRO RAFAEL BONATTO - PR022788
VERÔNICA MASCHIO VIANNA DE SOUZA E
OUTRO(S) - PR064248
AGRAVADO : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE
SEGUROS
ADVOGADOS : MARCO AURELIO MELLO MOREIRA - RS035572
CARLA PINTO DA COSTA - RS061655
ENEIDA DE CASSIA CAMARGO - PR044759
PAULO ANTONIO MULLER E OUTRO(S) - PR067090
FERNANDA COSTA PEREIRA - RS097573
VALENTINA RABELLO NEVES - RS101118

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE RESPONSABILIDADE SECURITÁRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

IRRESIGNAÇÃO DOS AUTORES.

1. Ausência de comprovação do dissídio jurisprudencial, nos moldes exigidos pelos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255, § 1º, do RISTJ, ante a ausência de cotejo analíticos dos arestos apontados como dissonantes.

2. A subsistência de fundamentos inatacados aptos a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula 283/STF, aplicável por analogia.

3. Ausência de prequestionamento a obstar o conhecimento do recurso, no que tange à alegação de afronta aos arts. 6º, VIII, 47 e 54, § 4º, do CDC. Incidência da Súmula 211/STJ.

4. Agravo interno desprovido.

Superior Tribunal de Justiça

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Brasília, 30 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi
Relator

